

CORPOS QUE IMPORTAM¹

BODIES THAT MATTER



Judith Butler*

Tradução de
Magda Guadalupe dos Santos**
Sérgio Murilo Rodrigues***

Prefácio

Comecei a escrever este livro tratando de considerar a materialidade do corpo somente para comprovar que pensar na materialidade me arrastava invariavelmente a outros terrenos. Tentei disciplinar-me para não sair do tema, porém me dei conta de que não podia tomar os corpos como simples objetos do pensamento. Os corpos não somente

¹ BUTLER, Judith. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of "Sex". New York: Routledge, [1993], 2011. Esta tradução foi gentilmente autorizada pela autora.

Our sincere gratitude to Professor Judith Butler!

Contamos também com a permissão dos editores **Taylor and Francis Group** LLC Books, que gentilmente aprovaram nossos pedidos de tradução e publicação do texto.

* Filósofa norte-americana, uma das principais teóricas das questões feministas contemporâneas, teoria crítica, teoria *queer*, filosofia política, ética e crítica da violência estatal. Professora doutora do departamento de retórica e literatura comparada da University of California, em Berkeley (Maxime Elliot Professor).

** Professora do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil. Doutora em Direito, mestre em Filosofia. Coeditora da Revista *Sapere Aude*. PUC Minas.

*** Professor do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil. Mestre em Filosofia. Coeditor da Revista *Sapere Aude*. PUC Minas.

tendem a indicar um mundo que está além deles mesmos, mas esse movimento que supera seus próprios limites, um movimento fronteiro em si mesmo, parece ser imprescindível para estabelecer o que os corpos “são”. Continuei separando-me do tema. Comprovei que resistia à disciplina. Inevitavelmente, comecei a considerar que talvez essa resistência a ater-me fixamente ao tema era essencial para abordar a questão que tinha em mãos.

Não obstante cheia de dúvidas (*Still doubtful*), refleti sobre a possibilidade de que essa indecisão fosse uma dificuldade vocacional de quem, instruído na filosofia, sempre a certa distância das questões corpóreas, trata de demarcar os terrenos corporais de maneira desencarnada; inevitavelmente, desconsidera o corpo ou, o que é pior, escreve contra ele. Às vezes esquece-se de que “o” corpo se apresenta em gêneros. Porém talvez atualmente haja uma dificuldade maior, depois de uma geração de obras feministas que pretenderam, com diversos graus de êxito, fazer vir o corpo feminino à escritura, escrever o feminino de maneira próxima ou direta, às vezes sem ter sequer o indício de uma preposição ou um sinal de distância linguística entre a escritura e o escrito. Talvez seja apenas questão de aprender a interpretar aquelas versões problemáticas. Contudo, algumas de nós continuamos recorrendo à pilhagem do *Logos* por causa da utilidade de seus restos.

Teorizar a partir das ruínas do *Logos* convida a se fazer a seguinte pergunta: “E o que ocorre com a materialidade dos corpos?” Em realidade, num passado recente, me formulei repetidamente esta pergunta do seguinte modo: “e o que ocorre com a materialidade dos corpos, *Judy*?” Supus que o agregado de “*Judy*” era um esforço para desalojar-me do mais formal “*Judith*” e recordar-me de que há uma vida corporal que não pode estar ausente da teorização. Há certa exasperação na pronúncia desse apelativo final em diminutivo, certa qualidade paternalista que me (re)constituía como uma menina (em fase escolar), que devia ser obrigada a retornar à tarefa, que haveria de reinstalar-se nesse ser corporal, o qual, depois de tudo, se considera mais real, mais pressionado, mais inegável. Talvez fosse um esforço por recordar-me de uma feminilidade aparentemente esvaziada (*evacuated femininity*), a que se constituiu, lá na década de 1950, quando a figura de Judy Garland produziu inadvertidamente uma série de “*Judys*” cujas apropriações e liberações não poderiam se predizer então. Ou talvez, alguém se esqueceu de me ensinar “os fatos da vida”? Ou acaso eu me perdia em minhas próprias reflexões imaginárias, precisamente quando tinham lugar tais conversações? E se eu persistia nesta ideia de que os

corpos, de algum modo, são *construídos*, talvez realmente pensasse que as palavras por si sós tinham o poder de modelar os corpos em virtude de sua própria substância linguística? Não podia alguém simplesmente me persuadir?

As coisas se complicaram ainda mais ou se fizeram ainda mais improváveis por causa das questões propostas pela noção de performatividade de gênero apresentadas em *Problemas de Gênero (Gender Trouble, 1990)*. Porque se eu tivesse sustentado que os gêneros são performativos, isso significaria que eu pensava que alguém despertava pela manhã, examinava o guarda-roupa ou algum espaço mais amplo em busca do gênero que queria escolher e o assumia durante o dia para voltar a colocá-lo de noite em seu lugar. Semelhante sujeito voluntário e instrumental, que decide sobre seu gênero, claramente não pertence a esse gênero desde o começo e não se dá conta de que sua existência já está decidida pelo gênero. Certamente, tal teoria iria restaurar a figura de um sujeito que decide – humanista –, no centro de um projeto cuja ênfase na construção parece se opor por completo a tal noção.

Porém, se não há tal sujeito que decide sobre seu gênero e se, pelo contrário, o gênero é parte do que determina o sujeito, como se poderia formular um projeto que preserve as práticas de gênero como lugares de atividade crítica (*critical agency*)? Se o gênero se constrói através das relações de poder e, especificamente, de restrições normativas que não somente produzem, senão que, ademais, regulam os diversos seres corporais, como se poderia fazer derivar a atividade dessa noção de gênero, entendido como o efeito da restrição produtiva (*as the effect of productive constraint*)? Se o gênero não é um artifício que se pode adotar ou rechaçar à vontade e, portanto, não é um efeito da escolha, como poderíamos compreender a condição constitutiva e compulsiva das normas de gênero sem cair nas redes do determinismo cultural? Como precisamente podemos compreender a repetição ritualizada através da qual essas normas produzem e estabilizam não somente os efeitos do gênero, senão também a materialidade do sexo? E esta repetição, esta rearticulação, pode também constituir uma oportunidade para reelaborar de maneira crítica as normas aparentemente constitutivas do gênero?

Afirmar que a materialidade do sexo se constrói através da repetição ritualizada das normas dificilmente será uma declaração evidente por si mesma. Na realidade, nossas noções habituais de “construção” parecem estorvar a compreensão de tal afirmação. Por

certo os corpos vivem e morrem; comem e dormem; sentem dor e prazer; suportam a enfermidade e a violência; e esses “fatos” alguém poderia proclamar ceticamente que não podem ser descartados como uma mera construção. Seguramente deve haver algum tipo de necessidade que acompanhe estas experiências primárias e irrefutáveis. E seguramente há. Porém seu caráter irrefutável de modo algum implica o que significaria afirmá-las e nem mesmo através de que meios discursivos. Ademais, por que o construído se entende como artificial e prescindível? Que deveríamos fazer com as construções sem as quais não poderíamos pensar, viver ou dar algum sentido, aquelas que de algum modo se tornaram necessárias para nós? Certas construções do corpo são constitutivas no sentido de que não poderíamos operar/agir sem elas, no sentido de que sem elas não haveria nenhum “eu” nem nenhum “nós”? Conceber o corpo como algo construído exige reconceber a significação da construção mesma. E se certas construções parecem constitutivas, quer dizer, se têm esse caráter de ser aquilo “sem o qual” não poderíamos sequer pensar, podemos sugerir que os corpos somente surgem, somente perduram, somente vivem dentro das limitações produtivas de certos esquemas reguladores generizados em alto grau (*highly gendered regulatory schemas*).

Ao se compreender a restrição como restrição constitutiva, ainda é possível formular a seguinte pergunta crítica: como tais restrições produzem não somente o terreno dos corpos inteligíveis, senão também um domínio de corpos impensáveis, abjetos, invivíveis e não dotados de vida (*unthinkable, abject, unlivable bodies?*)? A primeira esfera não é o oposto da segunda, porque as oposições, depois de tudo, são parte da inteligibilidade; a última esfera é o terreno excluído, ilegível, que espanta o primeiro como o espectro de sua própria impossibilidade, o limite mesmo da inteligibilidade, seu exterior constitutivo. Então, como poderiam se alterar os termos mesmos que constituem o terreno “necessário” dos corpos, tornando impensável e sem vida outro conjunto de corpos, aqueles que não importam do mesmo modo? (*those that do not matter in the same way*).

O discurso da “construção”, que circulou principalmente na teoria feminista, talvez não seja completamente adequado para a tarefa que estamos abordando. Tal discurso não é suficiente para argumentar que não há nenhum “sexo” pré-discursivo que atue como o ponto de referência estável sobre o qual, ou em relação ao qual, se realiza a construção cultural do gênero. Afirmar que o sexo já está generizado (*gendered*), que já está

construído, não explica todavia de que modo se produz forçosamente a “materialidade” do sexo. Quais são as forças que fazem com que os corpos se materializem como “sexuados” e como devemos entender a “matéria” do sexo e dos corpos, de maneira mais geral, como a circunscrição repetida e violenta da inteligibilidade cultural? Que corpos chegam a importar? E por quê?

De modo que apresento este texto em parte como uma reconsideração de algumas declarações de *Problemas de Gênero (Gender Trouble)* que provocaram certa confusão, porém também como um intento de continuar refletindo sobre as maneiras em que opera a hegemonia heterossexual para modelar questões sexuais e políticas. Como uma rearticulação crítica de diversas práticas teóricas, inclusive estudos feministas e estudos *queer*, este texto não pretende ser programático. E, contudo, como um intento de aclarar minhas “intenções”, parece destinado a produzir uma nova série de equívocos (*a new set of misapprehensions*). Espero que, ao menos, resultem produtivas.